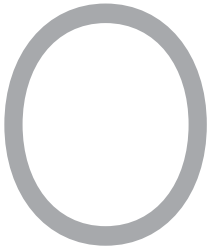


A relação entre governos e multinacionais locais nos países emergentes

ARTIGO EM FOCO:

The role of home country political resources for brazilian multinational companies

Rodrigo Bandeira-de-Mello, Karina Bazuchi, Suelen Zacarias, Laurent Broering e Fernanda Arreola

 empenho de governos na promoção dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros não é um fenômeno novo. Em países desenvolvidos, um exemplo do engajamento voltado para a formação de multinacionais pelo Estado foi o programa MIT no Japão. Na terceira onda de internacionalização, os governos dos países emergentes têm papel fundamental de implementar estratégias para que determinadas companhias construam sua competitividade global. Porém, os efeitos destas intervenções têm sido diversos na comparação com as ondas anteriores de internacionalização.

A proposta do artigo "The role of home country political resources for brazilian multinational companies" é investigar como se dá a interação entre as multinacionais com sede em países emergentes e seus governos, a partir da experiência brasileira. Os autores destacam quais são os mecanismos utilizados pelo governo para impulsionar o processo de internacionalização das empresas, assim como também elege as principais estratégias políticas das companhias multinacionais em relação ao ambiente político-institucional do país.

Após uma breve revisão da literatura sobre *International Business* a respeito do papel atribuído aos governos dos países de origem, os autores descrevem sua metodologia de pesquisa e seus principais achados, que sugerem uma associação entre o comportamento político das multinacionais e os benefícios concedidos pelos governos.

Mesmo antes da expansão internacional das multinacionais brasileiras, o governo brasileiro mostrou-se predisposto a incentivar a concentração em setores estratégicos. O objetivo era construir "campeões nacionais", em condições de competir no mercado global. O processo passou a influenciar a política externa do país. A questão da inserção internacional das multinacionais alcançou um consenso interno de tal modo que acabou estimulando as empresas multinacionais a se aproximarem de algumas entidades governamentais que, por sua vez, passaram a ter uma agenda

que agrega justamente os interesses das companhias. “Os governos tendem a visões de privilégios exclusivos sobre certas questões”, declarou um executivo de multinacional brasileira durante entrevista aos pesquisadores. O estudo elege uma série de mecanismos, formais e informais, adotados pelo governo brasileiro.

O apoio financeiro é um desses instrumentos e tem um peso importante, dados a fragilidade do mercado de ações brasileiro e o pouco envolvimento dos bancos comerciais locais com empréstimos de longo prazo para as empresas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) direciona seus recursos para empresas de grande porte, com estratégias voltadas para a internacionalização. O artigo cita o exemplo de uma empresa que obteve recursos do BNDES com taxas de juros impossíveis de obter no mercado.

Há ainda a participação do governo como acionista. Embora uma série de privatizações e reformas liberais tenham sido implementadas nos anos 1990, o governo ainda mantém a participação como investidor em uma série de empresas privadas, além das estatais. Há ainda empresas privatizadas, sob forte influência do governo. Neste caso, um exemplo é o da Embraer, na qual o poder público tem direitos por meio de *golden shares*. O governo mantém participações em grandes empresas através do BNDES ou de fundos de pensão estatais de pensão, o que tem fortalecido financeiramente algumas multinacionais brasileiras.

Para as empresas, há grandes dificuldades relacionadas com a influência do governo sobre negócios no Brasil. No entanto, é preciso destacar um efeito a partir da experiência de aprendizagem no país de origem e as fases posteriores de internacionalização. Durante a década de 1980, a hiperinflação e a turbulência política funcionaram como uma escola para as empresas nacionais, que desenvolveram competências para sobreviver em tempos instáveis. Atualmente, as multinacionais brasileiras são caracterizadas como organizações flexíveis, capazes de se adaptar rapidamente às mudanças externas, que podem ser úteis, mesmo operando em países desenvolvidos em crise financeira.

Há uma percepção positiva em relação a entidades governamentais brasileiras que atuam na regulação sanitária. Há canais de diálogo, que tornam mais fácil o registro de produtos, a obtenção de licenças para fábricas etc. Este “diálogo aberto” é importante para as companhias multinacionais: “[...] a fim de abastecer os mercados internacionais, as empresas têm de cumprir exigências sanitárias internacionais. Missões estrangeiras podem vir ao Brasil, ou eles podem delegar o processo de licenciamento ao governo brasileiro”, declarou um executivo. Enfim, o governo brasileiro tem a experiência necessária para lidar com tais exigências.

Outra contribuição do poder público é a articulação com governos estrangeiros e organizações internacionais. A intervenção do país de origem junto a mercados que são alvo das multinacionais parece ser um instrumento facilitador para as estratégias das companhias.

Já em relação ao comportamento político das empresas multinacionais brasileiras, há estratégias visando manter uma conexão com o governo. O objetivo é “controlar” mudanças que possam afetar seus negócios. Entre essas estratégias, estão as doações financeiras para campanhas de partidos políticos, e seus candidatos, que defendem os interesses do setor em que as companhias atuam. O artigo ainda destaca a importância das conexões pessoais no Brasil. Trata-se de um mecanismo poderoso para influenciar os tomadores de decisão do governo, permitindo que as empresas com maior poder de barganha junto ao governo se mantenham informadas sobre as políticas relacionadas a sua indústria. Outro instrumento relevante são as associações que reúnem as empresas.

Fale com o autor: rodrigo.mello@fgv.br